

CONSELHO GERAL | ADVOCACIA

Parecer do Conselho Geral

Processo

37/PP/2008-G

Data do documento

22 de janeiro de 2010

Relator

Fátima Bento

DESCRITORES

Publicidade do exercício da profissão Website de advogado

SUMÁRIO

N.D.

TEXTO INTEGRAL

Parecer N.º 37/PP/2008-G Veio a Dra. ..., advogada com cédula profissional nº ..., com escritório na comarca do ..., solicitar ao Conselho Distrital de Évora, pedido de parecer, nos termos da alínea f), do nº 1 do artigo 50 do E.O.A relativamente ao website que criou para publicitação dos seus serviços, de acordo com os Estatutos da Ordem dos Advogados e com o Parecer E-41/02, do Conselho Geral da Ordem dos Advogados.

Em resultado daquele pedido veio o Conselho Distrital de Évora emitir o seguinte Parecer:

« (...) Entendemos que a forma de divulgação, informação e publicidade do exercício da profissão deve-se adequar aos tempos correntes, aproveitando claro está, todos os meios informáticos e, como é o caso, o recurso website.

Porém, tal deverá ser feito de forma séria e sóbria evitando criar no potencial cliente a imagem de que o advogado constante do website que visita tem características e/ou capacidades muito além dos demais colegas. Merece-nos particular crítica a promoção pelo advogado, ou sociedade de advogados, feita com recurso a “tiradas” que o tornem, por exemplo, competitivo, sólido, dinâmico ou transparente.

De igual, parece-nos excessivo o conjunto de afirmações que pretende, a final, captar um novo cliente com recurso a técnicas comerciais de promoção.

Pelo que se vem dizer, é nosso parecer que o website pretendido poderá colidir com algumas das regras contidas no nº 4 do artº. 89º do Estatuto da Ordem dos Advogados, razão pela qual os conteúdos persuasivos, de auto-engrandecimento, de comparação, entre outros, devem ser eliminados.

De qualquer modo, sendo este o nosso entendimento, há muito que defendemos a necessidade de uniformização de jurisprudência da O.A evitando que cada Conselho Distrital tenha entendimento diferenciado, facilitando a actuação nuns e obrigando a exigências mais restritas noutros Conselhos.

Por tal motivo e sem prejuízo dos reparos acima assinalados, sendo a questão em apreço de natureza estruturante, somos do entendimento que não compete a este Conselho pronunciar-se sobre a conformidade de website com anterior parecer do Conselho Geral, nomeadamente, do Parecer E-41/02, julgando prudente ser o Conselho Geral a pronunciar-se.

Pelo que, devem os autos de processo especial de pedido de parecer, ser remetidos ao Conselho Geral, deliberando este sobre assunto que respeita ao exercício da profissão».

Na sequência daquele parecer os autos foram remetidos ao Conselho Geral para que o mesmo proferisse parecer, por se tratar de assunto que respeita ao exercício da profissão.

Cabe, assim, ao Conselho Geral a emissão de Parecer.

A actual sociedade de informação e a revolução tecnológica obrigam à necessidade de se repensar o exercício da Advocacia adaptando-os à nova realidade, sem pôr em causa os valores principais da Advocacia.

As novas tecnologias entraram de tal modo nos variados ramos de actividades profissionais que, presentemente, é praticamente impossível imaginar a rotina de alguns profissionais sem o uso de recursos tecnológicos, em especial aqueles possibilitados pela plataforma da Internet.

Sem dúvidas, em relação ao advogado a situação não seria diferente, ou seja, assim como as campanhas de marketing em meios virtuais tem se destacado em relação àquelas realizadas em meios tradicionais, que crescem em velocidade muito superior ao comércio convencional, verificamos que a advocacia encontra situações onde os clientes cada vez mais procuram soluções para seus problemas jurídicos através das ferramentas da Internet, seja através das buscas em sites dos escritórios profissionais, portais de conteúdo jurídico, fóruns de discussões sobre temas jurídicos, entre outros. Desta maneira, agindo com uma exposição demasiada no ambiente da Internet, o advogado poderia ser accionado virtualmente por um cliente que jamais conheceu, mas interessado em seus serviços jurídicos que foram oferecidos indevidamente em diversos canais de comunicação existentes na plataforma da Web. Tal situação não deverá progredir, pois contrária à ética profissional do advogado quanto à captação de cliente.

Os advogados não se podem prestar a consultas on-line, gratuitas ou não, porque tal prática caracteriza mercantilização, captação e desrespeito ao princípio do sigilo profissional. Igualmente, não devem aceitar a inclusão de seus nomes em classificados com características de bolsa de emprego. Os advogados e a advocacia estão acima da competição mercantilista e só à medida que os próprios profissionais e a entidade de classe cuidam de preservar a dignidade que merecem estará à função social do advogado elevada ao verdadeiro valor de humanismo e cidadania.

Efectivamente, a publicidade assume cada vez mais importância. É que, de facto, «o seu poder é inegável, sendo até mais forte do que à primeira vista possa parecer já que, num ápice, pode deitar por terra, mercê do impacto que causa ao nível do público em geral, um complexo de valores que se criaram e preservaram ao longo de séculos» cf. Mariana Albuquerque de Oliveira, in “Advocacia a Cores”, B.O.A., Março/Abril de 1999, pg. 29.

O advogado é um homem e, como tal, tem uma imagem que quanto mais conhecido for maior é a probabilidade de gerar confiança e clientes. Por tudo isto, a questão da publicidade do Advogado é delicada e controversa.

Acresce ainda que, a publicidade na Advocacia tange com outras disposições estatutárias, nomeadamente, o segredo profissional, as relações com advogados e com clientes, a proibição de discussão pública de questões profissionais e o exercício especializado da Advocacia.

Como profissão de interesse público que é, a Advocacia insere-se num plano em que não pode, nem deve, ser confundido com outras profissões. Tal posição advém do próprio papel do Advogado enquanto servidor da Justiça e defensor da verdade. A dignidade do Advogado deve estar acima de qualquer suspeita. Citando Angel Ossório y Gallardo «No Advogado, a rectidão de consciência é mil vezes mais importante que o tesouro dos conhecimentos. Primeiro ser bom, depois ser firme; por último, ser prudente» in Estatuto da Ordem dos Advogados Anotado (e legislação complementar), de Alfredo Gaspar.

São longínquas as raízes da procura da não comercialização da profissão. O receio da decadência da credibilidade da profissão do Advogado susteve sempre a publicidade na Advocacia.

«A profissão do Advogado só poderá ser exercida a contento se sempre acompanharem esse exercício uma dignidade e uma integridade moral inatingíveis. Uma vez postos em causa esses valores essenciais, corre-se o risco de não se estar perante um Advogado, mas perante um qualquer outro comerciante do foro, que com aquele nada tem a ver. É, pois, para protecção daquela dignidade que o Estatuto proíbe aos Advogados qualquer forma de publicidade. Contudo, a protecção apriorística daquele valor só é legítima e só pretende ir até certo ponto tido como necessário. Para lá desse ponto, a norma perde todo o seu sentido útil, tornando-se, ao invés, contraproducente. Ora, nesse sentido, se dirá que a publicidade vedada aos

Advogados é a publicidade comercial, de tipo propagandístico, com todos os artifícios geralmente utilizados para o chamamento massivo do público. Tal é, creio eu, o bastante para assegurar a dignidade da profissão - cf. Alfredo Castanheira Neves, in «Advocacia a Cores», B.O.A., Março/Abril de 1999, pág. 31.

A publicidade significa a actividade promocional de bens ou serviços junto dos destinatários da sua aquisição. Publicitar não é mais do que promover, directa ou indirectamente, serviços ou uma actividade económica.

Determina o artigo 89º EOA, sob a epígrafe informação e publicidade:

«1 - O advogado pode divulgar a sua actividade profissional de forma objectiva, verdadeira e digna, no rigoroso respeito dos deveres deontológicos, do segredo profissional e das normas legais sobre publicidade e concorrência.

2 - Entende-se, nomeadamente, por informação objectiva:

- a) A identificação pessoal, académica e curricular do advogado ou da sociedade de advogados;
- b) O número de cédula profissional ou do registo da sociedade;
- c) A morada do escritório principal e as moradas de escritórios noutras localidades;
- d) A denominação, o logótipo ou outro sinal distintivo do escritório;
- e) A indicação das áreas ou matérias jurídicas de exercício preferencial;
- f) Referência à especialização, se previamente reconhecida pela Ordem dos Advogados;
- g) Os cargos exercidos na Ordem dos Advogados;
- h) Os colaboradores profissionais integrados efectivamente no escritório do advogado;
- i) O telefone, o fax, o correio electrónico e outros elementos de comunicações de que disponha;
- j) O horário de atendimento ao público;
- l) As línguas ou idiomas, falados ou escritos;
- m) A indicação do respectivo site;

n) A colocação, no exterior do escritório, de uma placa ou tabuleta identificativa da sua existência.

3 - São, nomeadamente, actos lícitos de publicidade:

a) A menção à área preferencial de actividade;

b) A utilização de cartões onde se possa colocar informação objectiva;

c) A colocação, em listas telefónicas, de fax ou análogas da condição de advogado;

d) A publicação de informações sobre alterações de morada, de telefone, de fax e de outros dados relativos ao escritório;

e) A menção da condição de advogado, acompanhada de breve nota curricular, em anuários profissionais, nacionais ou estrangeiros;

f) A promoção ou a intervenção em conferências ou colóquios;

g) A publicação de brochuras ou de escritos, circulares e artigos periódicos sobre temas jurídicos em imprensa especializada ou não, podendo assinar com a indicação da sua condição de advogado e da organização profissional que integre;

h) A menção a assuntos profissionais que integrem o curriculum profissional do advogado e em que este tenha intervindo, não podendo ser feita referência ao nome do cliente, salvo, excepcionalmente, quando autorizado por este, se tal divulgação for considerada essencial para o exercício da profissão em determinada situação, mediante prévia deliberação do Conselho Geral;

i) A referência, directa ou indirecta, a qualquer cargo público ou privado ou relação de emprego que tenha exercido;

j) A menção à composição e estrutura do escritório;

l) A inclusão de fotografia, ilustrações e logótipos adoptados.

4 - São, nomeadamente, actos ilícitos de publicidade:

a) A colocação de conteúdos persuasivos, ideológicos, de auto-engrandecimento e de comparação;

- b) A referência a valores de serviços, gratuidade ou forma de pagamento;
- c) A menção à qualidade do escritório;
- d) A prestação de informações erróneas ou enganosas;
- e) A promessa ou indução da produção de resultados;
- f) O uso de publicidade directa não solicitada.

5 - As disposições constantes dos números anteriores são aplicáveis ao exercício da advocacia quer a título individual quer às sociedades de advogados».

A actual redacção do artigo 89º EOA mereceu o comentário de António Arnaut publicado in <http://www.oa.pt> - “Como se vê do cotejo entre o anterior e o actual regime, operou-se uma verdadeira transfiguração do paradigma do advogado. A parcimónia tradicional, própria de uma profissão que deve ser uma verdadeira magistratura cívica, foi agora subvertida por uma concepção industrial-mercantilista da advocacia, resultante da influência das grandes sociedades de advogados, cuja maioria de sócios nem, sequer, usa toga. Sempre entendi que a respeitabilidade da classe e a sua função ético-social impunham um certo decoro, pois o advogado deve tornar-se conhecido e ser procurado pela sua competência e probidade e não pelo engodo de campanhas publicitárias ou por ter sido ministro, presidente da câmara ou gestor de uma grande empresa. Como escrevi no prefácio já referido, este tipo de publicidade lesa a dignidade da advocacia e constitui mesmo uma forma de concorrência desleal entre as grandes sociedades de advogados, cujos sócios têm currículo político-empresarial e instalações de luxo, e a grande maioria dos colegas, incluindo os jovens, que nunca foram deputados, ministros, presidentes ou gestores de companhias majestáticas, nem intervieram em processos mediáticos, e exercem a advocacia modesta mas honradamente.”

O artigo 89º dos EOA é indiscutivelmente uma das mais contestadas alterações introduzidas nos Estatutos pela Lei nº 15/2005, de 26 de Janeiro, pois veio permitir aos advogados a publicitação de informações que o anterior artigo 80º peremptoriamente proibia.

Com efeito, anterior redacção dos Estatutos apenas permitia a publicidade das tabuletas e de anúncios nos jornais com a simples menção do nome, endereço e horas de expediente e, a título informativo, a indicação de graus académicos, da sociedade profissional e a menção a cargos exercidos na Ordem.

Durante vários anos foi objecto de ampla discussão se a criação de um website por parte de um advogado, ou sociedade de advogados, seria entendido como publicidade, ou se, ao invés, seria apenas uma forma de prestar as informações tidas por essenciais, sobre os profissionais que os cidadãos podem escolher para os

representar.

Para clarificação desta matéria o Conselho Geral da Ordem dos Advogados, no processo 30.614 de Agosto de 2003, emitiu parecer no qual se refere que: «a proibição genérica da publicidade profissional, imposta pelo n.º 1 do artigo 80.º do EOA, levanta, desde logo, a questão da sua conformidade constitucional. É certo que, como qualquer profissão, a advocacia também tem as suas especificidades e que é exercida também na prossecução de alguns interesses públicos; daí que a lei (o Estatuto da Ordem dos Advogados, no caso) possa prever restrições específicas à actividade publicitária dos advogados. Porém, o que se afigura manifestamente excessivo — e por isso violador do princípio constitucional da proporcionalidade (artigos 18.º, n.º 2, 19.º, n.º 4, 265.º e 266.º, n.º 2, da Constituição) — é uma proibição genérica de toda a publicidade profissional. Se o artigo 80.º do Estatuto da Ordem dos Advogados admite anúncios em jornais, há-de entender-se que os admite, por identidade de razão, noutros meios de comunicação; é o caso, hoje, da internet, que ocupa, enquanto meio de divulgação de informação, um papel semelhante ao do tradicional suporte em papel. No que tange ao conteúdo do website ideado pela Sociedade de Advogados A, com a configuração a que se teve acesso, nas seis áreas que o compõem apenas se detecta informação objectiva e, tanto quanto é possível apurar, verdadeira e relacionada com o exercício da advocacia, limitando-se a denotar factos susceptíveis de confirmação.»

Posto isto,

No Sec. XXI exige-se à sociedade, e em particular à sociedade de informação, desenvolvimento constante e adequação dos meios e mecanismos de resposta às exigências dos tempos modernos. Nesse sentido, a interpretação das normas do Estatuto da Ordem dos Advogados cedeu e sensibilizou-se, em especial a partir de 2003 (vd. Parecer E-41-02 do Conselho Geral da Ordem dos Advogados, de 17-01-2003) a novas realidades, como seja a existência de «sites» na Internet. Esta previsão foi, aliás, introduzida no Novo Estatuto da Ordem dos Advogados, preceituando o artigo 89º a possibilidade de indicação do respectivo site.

Pode, pois, ser publicitada a actividade profissional do Advogado de forma objectiva, nomeadamente:

- Indicação do nome e referência à antiguidade da inscrição na Ordem dos Advogados;
- Lista dos sócios e associados;
- Indicação das áreas de actividade dos clientes da sociedade e referência aos escritórios e correspondentes da mesma;
- Currículo de cada um dos advogados, com indicação por áreas de actuação preferencial.

Assim, actualmente, o advogado pode divulgar a sua actividade profissional de forma objectiva, verdadeira e digna, no rigoroso respeito dos deveres deontológicos, do segredo profissional e das normas legais sobre publicidade e concorrência.

Posto isto, importa agora apreciar se os conteúdos constantes do site sub judice respeitam os condicionantes supra referenciados.

Da análise da página de abertura do site verificamos que a advogada Dra. ... na apresentação inicial introduz as seguintes afirmações:

«Com escritório localizado no centro da cidade do ..., desde ... 1998, mais concretamente na sua zona comercial, o meu objectivo último é dinamizar o exercício de advocacia, otimizando o Apoio Judiciário quer a Particulares como a Empresas.

Um atendimento personalizado, competitivo, sólido, dinâmico, profissional e transparente, permite a eficaz resolução dos seus problemas, dúvidas e conflitos, satisfazendo desta forma os seus interesses

Considero ainda, que um verdadeiro Apoio Jurídico, não se baseia simplesmente numa relação pedido/envio de informação entre Cliente e Advogado, pelo que mantenho permanentemente os meus clientes informados sobre todo o tipo de situações julgadas importantes.

E porque estou consciente das suas expectativas, tentarei até ao meu limite actuar com a máxima celeridade que cada processo permita.

Convido-o assim, a visitar o meu site, aproveitando esta oportunidade para apresentar os meus melhores cumprimentos.

...

(CP nº ...

Vencer os desafios é a minha missão».

Por sua vez, quando seleccionamos o item denominado por honorários são prestadas as seguintes informações ao consultante:

«Um ditado antigo diz que Santo Ivo, patrono dos advogados, era bretão, advogado, mas não ladrão, coisa de grande admiração". Por muito que custe admiti-lo, a verdade é que esta fama tem acompanhado o advogado ao longo dos tempos e na opinião pública existe o receio de que o recurso a um destes profissionais possa significar ficar com a carteira vazia.

Mas não é assim. Os advogados estão obrigados a praticar honorários moderados e se alguns exageram e limpam a carteira do cliente, a regra não é essa.

Não existe nenhuma tabela de fixação de honorários de advogados. O artº 65º, nº 1, do Estatutos da Ordem dos Advogados, aprovado pelo Dec-Lei nº 84/84, de 16 de Março, enuncia os créditos de fixação de honorários: "o advogado deve proceder com moderação, atendendo ao tempo gasto, à dificuldade do assunto, à importância do serviço prestado, às posses dos interessados, aos resultados obtidos e à praxe do foro e estilo da comarca".

Vejamos cada um dos critérios.

Moderação não é sinónimo de exiguidade; o advogado está impedido de cobrar honorários especulativos ou exagerados, mas não se pode esquecer que é um profissional liberal, qualificado.

Quanto ao tempo gasto, tem de se calcular qual o período de tempo que um profissional médio gastaria a tratar de um assunto; caso contrário, um advogado muito competente e experiente receberia menos do que um em início de carreira.

A importância do serviço prestado é evidente, numa economia de mercado, um acidente com morte ou lesões graves tem uma importância diversa do que um acidente só com danos materiais.

As posses dos interessados não deixam de ter relevância. Se o cliente for milionário texano, o advogado do Algarve não irá apresentar a mesma conta que apresentaria a um empregado de hotelaria.

Os resultados obtidos pesam nos honorários. Se a causa for ganha, o interesse do cliente fica satisfeito. Receber uma boa indemnização não é o mesmo que nada receber.

A praxe do foro e o estilo da comarca são os restantes critérios. Lisboa é considerada uma comarca "rica", ao contrário de ... e outras do interior. Nada mais natural do que os honorários serem mais elevados.

A conjugação de todos esses factores ou critérios determina o valor dos honorários.

O advogado não pode aplicar percentagens sobre o valor de indemnização, ou seja, não pode cobrar dez por cento ou quinze por cento sobre o valor recebido pelo cliente.

Muitos clientes pedem ao advogado para dar uma estimativa sobre os honorários. É sempre bom ter essa indicação, para evitar surpresas desagradáveis.

Edgar Valles

in Consultório de Justiça, Jornal do Público, 6 de Janeiro de 2004»

Da análise das informações constantes do site verificamos que a Dra. ... tece considerações logo na página de apresentação do site que infringem o artigo 89º, nº 4, alínea a) dos EOA, pois, recorre de forma repetitiva a adjectivos promocionais, sem qualquer carácter informativo, nomeadamente quando utiliza as expressões: «um atendimento personalizado, competitivo, sólido, dinâmico, profissional e transparente, permite a eficaz resolução dos seus problemas, dúvidas e conflitos, satisfazendo desta forma os seus interesses».

As aludidas expressões pretendem apenas seduzir o consultante, através do recurso a afirmações que têm como único intuito realçar as suas qualidades como Advogada.

Por outro lado, a Dra. ... no item honorários introduz no seu site um texto publicitado no Jornal ... cujo autor indica ser o Dr. Edgar Valles.

Ora, a publicitação das informações constantes naquela rubrica, igualmente, não respeitam o artigo 89º, nº 4, alínea a) dos EOA, pois ao utilizar aquele texto publicita afirmações que não têm qualquer carácter informativo, tecendo comentários e críticas que não podiam ser divulgadas num meio que apenas pode ter como objectivo transmitir informações e não tecer apreciações e comparações ou formar juízos de valor sobre as qualidades de outros profissionais.

No site a Dra ... podia referenciar os critérios que devem orientar o pedido de honorários por parte dos advogados e que estão elencados no artigo 100º do E.O.A, porém, tal meio não podia ser utilizado para fazer juízos de valor que são completamente despropositados.

Efectivamente, do site não podiam constar afirmações como as que a seguir se transcrevem: «Os advogados estão obrigados a praticar honorários moderados e se alguns exageram e limpam a carteira do cliente (...). O advogado não pode aplicar percentagens sobre o valor de indemnização, ou seja, não pode cobrar dez por cento ou quinze por cento sobre o valor recebido pelo cliente; Muitos clientes pedem ao advogado para dar uma estimativa sobre os honorários. É sempre bom ter essa indicação, para evitar surpresas desagradáveis.»

Outrossim, a Dra. ... ao transcrever o artigo do Dr. Edgar Valles, publicado em Janeiro de 2004, comete manifestos erros pois transmite informações que estão completamente desactualizadas, nomeadamente, quando refere normas dos Estatutos da Ordem dos Advogados que foram alteradas pela Lei nº 15/2005, de 26 de Janeiro.

Face ao supra exposto, somos do parecer que a Dra ... deverá introduzir alterações no seu site tendo em conta as objecções supra explicitadas, no sentido de apenas inserir informações sobre a sua actividade profissional de forma objectiva e verdadeira, no respeito pelas normas estatutárias, eliminando todas as referências que estão em infracção com o disposto no artigo 89º, nº 4 do EOA, bem como, deverá ter em conta as actuais disposições legais em vigor.

Nos termos e para os efeitos do disposto na aliena i) do n.º1 do artigo 45º do E.O.A., o Conselho Geral recomenda que todos os Conselhos Distritais adoptem os procedimentos necessários em conformidade com este entendimento.

Valongo, 16 de Outubro de 2009

À próxima Sessão do Conselho Geral para deliberação.

A Vogal Conselho Geral,

Fátima Bento

Relator:Fátima Bento Topo

Fonte: <http://www.oa.pt>